

Contratos de Dinamização Cultural

20. Contratos de Dinamização Cultural.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

- a) **Associação Cultural e Festiva “Os Sinos da Sé”**, no valor de 12.000,00€ (com vista à continuidade e incremento de projetos);
- b) **Grupo Cultural e Recreativo Unidos da Casa do Povo de Mire de Tibães**, no valor de 4.000,00€ (com vista à continuidade e incremento de projetos).
- c) **Grupo Cénico e Beneficente de Arentim**, no valor de 1.500,00€ (com vista à continuidade e incremento de projetos)
- d) **Augustuna - Tuna Académica da Universidade do Minho**, no valor de 3.300,10€ (com vista à continuidade e incremento de projetos)

Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

Nº Informação: 71551

Data: 16/07/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Associação Cultural e Festiva “Os Sinos da Sé”

A **Associação Cultural e Festiva “Os Sinos da Sé”**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 106/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...”
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 106/2015, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/46505/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma associação que tem por finalidade ser um centro de estudos, criação, pesquisa e divulgação de cultura, preservar e desenvolver o património e as práticas culturais do Grupo Folclórico de professores, promover a constituição de grupos específicos para concretizar unidades de animação cultural e para prossecução dos seus objetivos. Prossegue uma linha de ação situada na defesa, divulgação e valorização do património cultural existente, assente num planeamento de um conjunto de atividades diversificadas realizadas sob o ímpeto de valorização da tradição cultural e da memória coletiva que permitem o fomento simultâneo da cidadania ativa e do envolvimento comunitário. Neste sentido, desempenha um papel crucial no reforço e preservação dos alicerces identitários locais, sustentado na representação e revitalização das manifestações culturais e na transmissão contínua de conhecimento e testemunho entre gerações, dos valores, crenças e dos usos e costumes do passado, permitindo a valorização da cultura e o incremento dos processos de participação comunitária. Refira-se ainda que o seu projeto cultural tem por base o desenho e a programação de iniciativas regulares, do qual se destacam a organização de iniciativas culturais e artísticas, demonstrações performativas e de indumentária, exposições, entre outras, que seguem o propósito de assegurar o acesso a programas culturais que promovem a interação social e o aumento do sentimento de pertença. Saliente-se ainda que a atividade prosseguida reforça a relação com a história e património, promove o diálogo intergeracional e permite a salvaguarda da cultura tradicional enquanto expressão cultural, desempenhando um papel importante na preservação, manutenção e recriação do património cultural imaterial contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural e criatividade.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **12.000,00 euros** com a Associação Cultural e Festiva “Os Sinos da Sé”, pessoa coletiva n.º 502 414 014, com sede na Rua D. Pedro V, n.º 1, 4710-374 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 71555

Data: 16/07/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Grupo Cultural e Recreativo Unidos da Casa do Povo de Mire de Tibães

O **Grupo Cultural e Recreativo Unidos da Casa do Povo de Mire de Tibães**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 466/2023, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 466/2023, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/47981/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de uma atividade constante do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, do projeto específico “Laboratório de Criação Teatral – Teatro do GUT” acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade com uma atividade ininterrupta desde 1986, com sede na Casa do Povo de Mire de Tibães, edifício cedido aquando da extinção da serventia das Casas do Povo. Instituída com um fim de promoção e dinamização de iniciativas diversas na área desportiva, cultural e social, que aportem impactos significativos na comunidade e que atendam ao desenvolvimento individual e coletivo. A entidade prossegue o objetivo nevrálgico de deter um papel ativo e interventivo na construção identitária local, possibilitando o reforço da coesão social no território, e de planear e realizar atividades que permitam minimizar as desigualdades sociais e promover a qualidade de vida. Com o objetivo de contribuir para a revitalização da área do teatro, nomeadamente com o desiderato de recuperar o legado do “Teatro dos Unidos”, foi criado o denominado projeto “Laboratório de Criação Teatral – Teatro do GUT”, em parceria com uma entidade local. Com base neste pressuposto visa o desenvolvimento e realização de uma atividade com base no teatro sendo este último entendido como uma importante ferramenta de combate ao isolamento social, promoção da cidadania e envelhecimento ativo em contexto de vulnerabilidade económica. Neste sentido, esta iniciativa dirigida para um grupo de idade maior, pretende a introdução de atividades teatrais promovendo desta forma o contacto e a experimentação cultural e artística entre os participantes, bem como estimular a criatividade, autoexpressão e a confiança. De referir que este projeto possibilita ainda o incremento dos processos de participação, envolvimento e integração da comunidade local, promovendo deste modo a coesão social, desenvolvimento de alternativas de ocupação aos tempos livres, ações de intervenção comunitária e social e desenvolvimento de projetos em parceria visando a otimização dos recursos locais. De salientar que a entidade apresenta um projeto cultural único e diferenciador no território, sendo que a Casa do Povo é entendida enquanto espaço cultural e inclusivo, socioeducativo, transversal e intergeracional, garante do acesso à cultura e aberto à comunidade.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **4.000,00 euros** com o Grupo Cultural e Recreativo Unidos da Casa do Povo de Mire de Tibães, pessoa coletiva n.º 501 680 284, com sede na Rua de Ruães, n.º 1, 4700-565 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 71558

Data: 16/07/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Grupo Cénico Cultural e Beneficente de Arentim

O **Grupo Cénico Cultural e Beneficente de Arentim**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 3/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 3/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/29049/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade constituída em 1989 e que tem por objetivo a dinamização do teatro amador, folclore e música popular da comunidade onde se integra. Instituída com um fim de promoção da cultura teatral e de prestar um importante contributo para a dinamização e fortalecimento do tecido cultural e artístico bracarense. O seu projeto cultural concretiza-se no domínio da criação, programação e produção artística, e subsequente apresentação pública dos projetos artístico-performativos, permitindo o aumento da oferta e diversidade cultural no território. A sua identidade artística passa pela prossecução de projetos artísticos situados no propósito intrínseco de envolver a comunidade através da experiência teatral, entendida enquanto instrumento formativo, de comunicação, de interação e de estímulo à criatividade. Tem o desiderato de intervir culturalmente no território por forma a criar novos públicos para o teatro, incentivando a diversidade dos discursos artísticos e explorar as potencialidades expressivas e criativas. De salientar que na construção do objeto artístico, promovem a preservação da memória coletiva e da herança cultural, como ponto de referência e inspiração no trabalho criativo. De ressaltar, a importância das práticas artísticas e teatrais e o seu potencial de transformação dos territórios, com o seu contributo para o desenvolvimento cultural e preservação da diversidade cultural, nomeadamente, no fomento da criatividade, na educação pela arte, na formação e sensibilização de públicos para as artes e no incentivo à participação da comunidade.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **1.500,00 euros** com o Grupo Cénico Cultural e Beneficente de Arentim, pessoa coletiva n.º 502 490 160, com sede na Rua 25 de Abril, S/N, 4705-746 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 71560

Data: 16/07/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Augustuna – Tuna Académica da Universidade do Minho

A **Augustuna – Tuna Académica da Universidade do Minho**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 418/2022, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 418/2022, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/34786/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade que prossegue uma atividade cultural regular e de intervenção no ecossistema cultural e artístico bracarense, através da programação e organização de iniciativas, bem como, de participações públicas, que confluem na promoção e divulgação da cultura e da tradição académica. Esta tuna académica, fundada em 1996, tem por objetivo a promoção e divulgação da música tradicional portuguesa, com especial enfoque na apresentação de repertório da região minhota. De salientar que no âmbito da sua ação contribuem para a difusão e preservação das tradições musicais e culturais permitindo o fortalecimento da identidade local. O seu projeto cultural assume especial relevância igualmente ao nível do fomento da criatividade, inovação e espírito de iniciativa, através da realização de iniciativas de introduzem novas dinâmicas ao sector cultural e criativo bracarense, potenciam a capacitação artística e o envolvimento da comunidade reforçando o sentimento de pertença. Refira-se ainda a importância do seu contributo para o incremento da dinâmica cultural concelhia, realizada através da promoção de atividades de teor cultural e artístico, que permitem uma efetiva promoção e divulgação do património cultural bracarense e reforçam a diversidade cultural existente.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **3.300,10 euros** com a Augustuna – Tuna Académica da Universidade do Minho, pessoa coletiva n.º 506 141 292, com sede na Rua Dom Pedro V, n.º 88, Sala Augustuna, 4710-374 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.